



GT - ESTUDOS E PESQUISAS EM ESPAÇO, TRABALHO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Modalidade da apresentação: Comunicação oral

A FORMAÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS NO BRASIL A PARTIR DO PERÍODO COLONIAL

João Paulo de Souza Ferreira¹
William Eufrásio Nunes Pereira²
Denílson da Silva Araújo³

RESUMO

O presente trabalho tem como intuito analisar o processo de formação das desigualdades entre as regiões brasileiras, para isso foi feito um recorte em alguns pontos específicos da história colonial, começando pela ocupação do nosso território, depois abordando o período de ascensão e queda da economia açucareira, passando pela fase de euforia com o ciclo do ouro e encerrando a discursão falando sobre a concentração do poder político e econômico na capitania do Rio de Janeiro. Conclui-se ao final, que o processo de formação das desigualdades regionais no Brasil tem relação direta com o tipo de estrutura produtiva que foi difundido em cada região.

Palavras-chaves: História colonial, estrutura produtiva, desigualdades regionais.

1 INTRODUÇÃO

Para entender o problema das desigualdades regionais no Brasil, faz-se necessário compreender como se deu o processo de formação desta nação, em que foram assentadas as suas bases, ou seja, é preciso voltar à análise para o período colonial, onde tudo começou. Entender quais eram os interesses dos nossos colonizadores é fundamental para pensar o porquê se desenvolveram aqui tantas desigualdades entre as diferentes regiões do país.

¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, bolsista de iniciação científica pelo PIBIC - UFRN.

² Professor associado do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em Ciências Sociais e Mestre em Economia.

³ Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

A metodologia usada partiu de uma revisão bibliográfica, utilizando artigos e livros de alguns autores brasileiros que tratarão sobre a história do período colonial com autoridade. Mesclando assim, o ponto de vista de historiadores com o a ótica econômica de Celso Furtado.

Este trabalho aborda o espaço de tempo entre 1500 a 1822, correspondente ao período em que o Brasil permaneceu "oficialmente" como colônia de Portugal. Fazendo alguns recortes em momentos específicos da história colonial, que dão luz ao processo de formação das desigualdades regionais no Brasil.

2 DESCOBRIMENTO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO.

O descobrimento das terras brasileiras foi fruto do processo de expansão comercial que vinha acontecendo em toda a Europa por volta de 1500. Esse processo necessitou de busca por novas rotas comerciais que assegurassem a expansão do recém-nascido capitalismo mercantil, o que acabou por possibilitar a descoberta de um novo mundo, até então desconhecido.

Não só Portugal, como também outras nações encontraram no sistema colonial mercantilista todo um quadro institucional de relações que estimularam o processo de acumulação primitiva de capital nas economias emergentes da Europa (NOVAIS, 1989).

Nas novas terras, os descobridores portugueses ansiavam encontrar metais preciosos, para garantir a reprodução das ideias mercantilistas que vigoravam na época. Não tendo encontrado esses metais logo de início, fez a coroa portuguesa não manifestar interesse em ocupar as terras brasileiras de imediato. Outro motivo de desinteresse se deu pelo fato de que as condições aqui encontradas não possibilitavam transações comerciais como as que ocorriam com o oriente, uma vez que o brasilíndio vivia ainda na era pré-neolítica. Isso colaborou para que Portugal tornasse o oriente, seu principal centro comercial, deixando assim, a colônia Brasil em segundo plano (FURTADO, 1988).

Mas agora se pode supor que vinha a seguinte questão para a coroa portuguesa: o que fazer com essas novas terras?

A coroa portuguesa envia algumas expedições exploratórias para mapear as novas terras. Na primeira delas, ao retornar para Portugal, levou algumas das espécies de vegetais e animais aqui encontradas, dentre eles o pau-brasil, que despertou o primeiro interesse comercial da coroa, uma vez que este era utilizado para tingir tecidos e outras peças consideradas nobres na Europa. A exploração deste produto, mesmo não assegurando tantos lucros, se adequava bem ao modelo mercantilista-colonialista adotado por Portugal. Com isso, a sua extração se inicia rapidamente, e logo o monopólio de Portugal sobre esse produto é constituído, revelando assim, desde cedo um dos aspectos de caráter explorador da política colonial que iria ser adotada nas novas terras (FURTADO, 1988).

Para se proteger da ameaça de piratas estrangeiros, que se tornava cada vez mais frequente nas terras brasileiras, Portugal adotou o sistema de feitorias, que consistia em uma espécie de acampamentos sediados no litoral, em locais de fácil atracação dos navios (FURTADO, 1988). As feitorias não constituíram uma ocupação efetiva do território, mas abriu caminho para que este fosse ocupado mais tarde (J.BRUM, 1997).

Portugal até muito tempo não demonstrou interesse em ocupar o território brasileiro. Somente por volta de 1530 este interesse veio a se constituir, quando a coroa portuguesa enviou uma expedição de caráter colonizador ao Brasil, liderada por Martim Afonso de Souza. A ocupação foi motivada pelo fato de que o comércio com o oriente começava a dar sinais de saturação, e ainda, pela pressão política que foi exercida sobre a coroa portuguesa pelos demais países que não estavam inclusos no tratado de Tordesilhas, uma vez que esse tratado garantia apenas para Portugal e Espanha as terras que fossem efetivamente ocupadas.

Assim, para assegurar as posses de suas terras, Portugal começa a pensar em ocupar de fato o Brasil, mas como realizar essa ocupação se a coroa não dispunha nem de recursos financeiros, nem de excedente populacional para tal? Entregar a tarefa de ocupar as terras brasileiras à iniciativa privada surge como alternativa, e assim foi feito. Deste modo, Portugal resolve o problema da ocupação com o sistema administrativo de capitânicas hereditárias, adotando um modelo

espelhado no que foi utilizado na colonização da ilha da madeira no século XV (PRADO JUNIOR, 1953).

As concessões das capitanias eram feitas aos donatários, que recebiam título de capitão-mor em caráter hereditário e vitalício. Essa outorga lhes concedia o poder para criar vilas e administrar a justiça entre elas. A partir disto, a coroa portuguesa dividiu em 1534 o território brasileiro em 15 capitanias hereditárias, distribuindo-as para 12 donatários, estes eram em parte, nobres de confiança do Rei, que recebiam as terras por meio de uma carta de doação, e em troca disso, teriam que ocupar e desenvolver as terras a própria custa.

Com a chegada dos donatários ao Brasil, vieram também os primeiros artífices, escravos e demais indivíduos que foram encarregados de transformar o espaço da recém-criada colônia, dando início ao desenvolvimento do processo de ocupação.

Para estimular a produção na colônia, foi determinado pela coroa, que uma parte das terras das capitanias hereditárias deviam ser distribuídas pelos donatários em sesmarias, aos moradores da colônia que fossem cristãos. Com as sesmarias não ocorria à doação das terras, apenas era firmado um tipo de contrato que se assemelhava, em parte, ao de suserania e vassalagem adotada na idade média.

Assim, através desse sistema de capitanias hereditárias e sesmarias foi realizada a ocupação do território brasileiro. Agora passada a etapa do descobrimento e da ocupação, vamos atentar para a formação econômica da colônia.

3 PRIMEIRAS ATIVIDADES PRODUTIVAS NA COLÔNIA.

Os gastos para manter e defender as terras eram muito elevados, de forma que a ocupação sem implementação de alguma atividade produtiva que suprisse esses custos se tornava uma tarefa inviável, até mesmo para a iniciativa privada.

A exploração do pau-brasil possibilitou aos portugueses, melhor conhecimento acerca dos povos indígenas e das terras brasileiras. O pau-brasil dominou a pauta exportadora da colônia até 1555, mas a sua exploração excessiva o

tornou escasso, elevando o custo de sua extração e diminuindo o interesse pelo seu comércio, dando espaço para o período de hegemonia do açúcar (J.BRUM, 1997).

Uma das especiarias mais apreciadas no mercado europeu na época era o açúcar, e como Portugal já tinha conhecimento das técnicas de produção deste, e as condições climáticas encontradas nas terras brasileiras eram favoráveis a sua reprodução, não tardou para que os primeiros engenhos de açúcar fossem instalados na colônia.

As primeiras lavouras de cana de açúcar foram iniciadas no litoral da colônia por volta de 1530, em maior escala nas capitânicas de São Vicente e Pernambuco. O ciclo vegetativo da cana era em média de 12 a 18 meses, para assegurar ganhos de economia de escala e também para proteger a área produtiva de ataques indígenas, o cultivo era realizado em grandes extensões de terras, o que deu origem aos grandes latifúndios (FURTADO, 1988).

Os sesmeiros eram encarregados de realizar a plantação da cana de açúcar e, recebiam normalmente entre 30 a 50% do valor da safra do açúcar produzido que era vendido para os senhores de engenhos. Em função disso, existia uma relação de dependência direta entre os moradores das sesmarias para com os grandes proprietários de terras.

Os equipamentos necessários para a formação dos engenhos foram importados de Portugal, e o capital inicial para aquele que estivesse disposto a entrar no negócio era demasiadamente elevado, assim, muitos foram os senhores de engenho que recorreram a capitais estrangeiros.

De início a escassez de mão-de-obra para trabalhar nos engenhos aparece como um fator limitante, uma vez que os indígenas mostraram forte resistência ao trabalho braçal, e a importação de mão-de-obra assalariada de Portugal era economicamente inviável, mas esse problema logo foi resolvido com a introdução em larga escala do escravo africano.

A participação holandesa se tornou um fator muito importante no desenvolvimento da empresa agrícola brasileira. A Holanda foi responsável não somente pela expansão do mercado do açúcar, o que favoreceu o constante aumento

nos preços deste produto no mercado europeu, como também atuou financiando capitais nas instalações dos engenhos, nas importações de mão-de-obra escrava, na refinação e comercialização do produto. Deste modo, o açúcar brasileiro invadiu o mercado europeu e em pouco tempo a colônia portuguesa se tornou uma empresa agrícola de sucesso, com o monopólio do comércio do açúcar no mercado mundial (FURTADO, 2005).

Foi no Nordeste em que a economia açucareira obteve seu melhor desempenho. Os massapés¹ nordestinos eram ótimos para o cultivo do açúcar, e a capitânia de Pernambuco foi a que logrou o maior sucesso no empreendimento açucareiro. Fatores como a fertilidade do solo e a proximidade com o continente europeu, proporcionaram o melhor desempenho da região nordestina em detrimento das demais regiões da colônia.

O empreendimento açucareiro se tornou um sucesso, com alta rentabilidade capaz de autofinanciar a duplicação de sua capacidade produtiva em apenas dois anos, mas essa alta rentabilidade favorecia a especialização e a monocultura, o que prejudicava não só o fornecimento de produtos para o mercado interno, como também deixava a balança comercial vulnerável a possíveis quedas no preço do açúcar (FURTADO, 2005).

Para mover os engenhos, era utilizado como fonte de energia, lenha e animais de tiro, isso porque à medida que a economia açucareira se expandia, a necessidade pelo gado crescia mais que proporcionalmente, uma vez que a distância para buscar a lenha aumentava gradativamente, devido a devastação das florestas litorâneas, o que tornava o gado a fonte de energia mais utilizada nos engenhos. Do gado também se extraía sua carne para alimentação, e o seu couro que era usado como matéria-prima para vários utensílios. Assim, a criação de gado vai se constituir em uma atividade econômica secundária na colônia (FURTADO, 2005).

À medida que os rebanhos cresciam, penetravam nas plantações de cana o que prejudicava o desenvolvimento do açúcar. Então, logo foi proibida a criação de gado próximo às unidades produtivas do açúcar. Desse modo, houve uma separação

¹ Solo muito fértil encontrado no litoral do nordeste brasileiro.

entre a atividade açucareira e a criatória, a primeira permaneceu na faixa litorânea e a segunda teve que se encaminhar para o interior nordestino (FURTADO, 2005).

A interiorização da atividade criatória devido à abundância de terras disponíveis, fez com que o gado penetrasse rapidamente no interior nordestino, o que levou a ocupação do território da colônia para além do litoral. Essa nova atividade, se mostrou um empreendimento mais acessível para o colono que não dispunha de recursos, devido a fatores como: ser uma atividade itinerante, não sendo necessário ter posses de terras; a rapidez com que os rebanhos se reproduziam; o capital despendido para iniciar a criação era muito aquém do exigido na atividade açucareira. A articulação entre essas duas atividades (criatória e açucareira) vai dar forma ao complexo nordestino.

A criação de gado vai se constituindo numa atividade secundária dentro da economia nordestina, de forma dependente da economia açucareira e de rentabilidade relativamente mais baixa, nas palavras de Furtado (2005): "A renda total gerada pela economia criatória do Nordeste seguramente não excederia 5 por cento do valor da exportação de açúcar".

Com a produção do açúcar na colônia, o modelo de exploração adotado pelos portugueses foi se desenvolvendo cada vez mais. O ciclo do açúcar foi um sucesso do ponto de vista econômico, a atividade açucareira certamente poderia ter atuado como um fator altamente dinâmico no desenvolvimento de todas as regiões da colônia, devido a sua alta rentabilidade (FURTADO, 1988). Mas apenas 5% da renda gerada pelo açúcar permaneciam na colônia nas mãos dos grandes proprietários de terras, o excedente era todo enviado para o exterior pelos interesses exportadores da coroa.

Concomitantemente ao ciclo do açúcar, iniciou-se em menor escala o comércio de outros produtos nativos que atuavam como auxiliares ao produto principal, entre eles o cacau produzido no Pará e o tabaco da Bahia e Pernambuco. Com estes produtos ocorria uma separação onde os de melhor qualidade eram destinados ao mercado europeu, e os de qualidade inferior junto com a aguardente

produzida nos engenhos eram enviados para a África, onde serviam como moeda de troca no tráfico de escravos (FURTADO, 1988).

Mais tarde, já no final do período colonial, o algodão produzido no maranhão ganha destaque nas exportações, devido a dois fatores externos que ampliaram significativamente a sua demanda, foram eles: a guerra de independência dos Estados Unidos e logo em seguida a revolução industrial inglesa.

4 PARTICIPAÇÃO DO ESTADO E EXCLUSIVISMO METROPOLITANO NA COLÔNIA.

Embora tenha adotado o sistema de capitanias hereditárias, o Estado português estava fortemente presente na colônia, ocupando seu espaço via total exploração, colocando sempre os interesses da metrópole acima dos interesses da colônia, sem fornecer sequer, as mínimas condições necessárias pra que a colônia viesse a se desenvolver internamente e, se tornar uma nação independente no futuro.

As explorações dos indígenas e dos recursos naturais aqui encontrados começaram desde o descobrimento, não se teve respeito com a cultura dos nativos, estes foram tratados como indivíduos inferiores e atrasados, tomando o padrão de vida europeu como parâmetro. Os indígenas brasileiros foram massacrados e escravizados, foi cometido etnocídio sem precedentes na história - a população indígena na época do descobrimento era estimada por volta de 8 milhões, hoje restam apenas pouco mais de oitocentos mil sobreviventes - . Além da destruição de suas terras com a devastação da floresta, causada principalmente pela exploração desenfreada do pau-brasil.

Na implementação da economia açucareira no Brasil, repetiu-se a mesma política adotada por Portugal na ilha da madeira, que consistia numa certa liberdade de comercio na fase inicial a fim de atrair os recursos necessários para a instalação da produção na colônia. Mais tarde, com o desenvolvimento dessa produção, adotou-se o sistema exclusivista, restringindo o comercio apenas entre metrópole e colônia (NOVAIS, 1989).

Era o comércio entre colônia e metrópole a essência do sistema colonial mercantilista, marcado pelo exclusivismo metropolitano que assegurava a

supremacia da coroa portuguesa sobre sua colônia, uma vez que esta era proibida de manter relações comerciais com outras nações (NOVAIS, 1989).

Alguns grupos eram privilegiados com o exclusivismo metropolitano, como os empresários e mercadores da metrópole, pois estes mantinham um oligopsônio e um oligopólio ao mesmo tempo, ou seja, por serem os únicos demandantes poderiam força os preços na colônia até o seu nível de custo de produção e quando chegavam na metrópole, por serem os únicos ofertantes detinham um alto poder de barganha podendo cobrar preços mais elevados. Obtendo assim lucros tanto na compra como na venda dos produtos que eram produzidos na colônia (NOVAIS, 1989).

A coroa portuguesa encontra-se muito fragilizada logo após recuperar a sua independência da coroa espanhola, tendo que recorrer ao auxílio de outras nações. Assim, Portugal vai alienar sua soberania aos interesses ingleses em troca de proteção política e segurança militar. Os acordos comerciais firmados entre Portugal e Inglaterra, afetaram diretamente os rumos da colônia Brasil, um exemplo disso foi o tratado de Methuen, onde Portugal renunciou todo e qualquer desenvolvimento manufatureiro.

5 RETRAÇÃO DA ECONOMIA AÇUCAREIRA.

A Holanda era uma grande parceira comercial de Portugal, pois não só financiava capital, como também abria os mercados para o açúcar português. Porém, devido a união ibérica, essa parceria se desfez, já que a Holanda estava em guerra com a Espanha, e Portugal era agora dependente da coroa espanhola. Em consequência disto, Portugal perdeu todo o apoio holandês e ainda teve a sua capitania mais próspera invadida e ocupada pelos holandeses.

Os holandeses aprenderam e dominaram todas as técnicas de produção do açúcar, durante o período que ocupou a capitania de Pernambuco, assim, quando os portugueses conseguiram expulsar os holandeses, estes encontraram condições favoráveis para se aliar aos interesses franceses e ingleses, instalando as primeiras unidades produtivas de açúcar nas colônias antilhanas que iriam concorrer com o

açúcar português, e quebrar seu monopólio. A ampliação da oferta de açúcar no mercado europeu, essa nova concorrência forçou o preço do açúcar para baixo, afetando diretamente a balança comercial da colônia Brasi. Essas constantes quedas nos preços do açúcar desarticulou todo o sistema econômico brasileiro, provocando uma crise acentuada em toda a colônia, que só viria a ser amenizada com a descoberta do ouro (FURTADO, 1988).

Durante o ciclo do açúcar a sociedade colonial foi pouco desenvolvida, a sua população era constituída de indivíduos que viviam nas condições de excluídos, sendo em sua maioria, escravos seguidos por brancos pobres de origem portuguesa e mestiços, todos marginalizados e sem nenhuma perspectiva de melhoria de vida. A concentração de renda era brutal, os grandes proprietários de engenhos eram os que detinham todo o poder político e econômico, principalmente no Nordeste, que ficou marcado por essas raízes, tendo a figura dos coronéis ainda presente nos dias de hoje.

No período da invasão e ocupação holandesa na capitania de Pernambuco, por volta de 1625, em razão da diferença na estrutura administrativa adotada pelos holandeses, parte da renda fiscal obtida com a exploração era retido na capitania, o que possibilitou um maior desenvolvimento da vida urbana neste território.

Há alguns teóricos que seguem um ponto de vista diferente daquele que tido como consenso entre os historiadores sobre o declínio da economia açucareira. Como é o caso de Jorge Caldeira no seu livro "A Nação Mercantilista" onde aponta que a retração da economia açucareira se deve muito mais a fatores econômicos internos, como decisões políticas equivocadas por parte das elites colônias, que a fatores políticos externos. Outro estudioso como Antônio Paim no livro "Momentos Decisivos do Brasil", ressalta o papel da inquisição religiosa na derrubada da economia açucareira, devido a cruel perseguição aos denominados "cristãos-novos" (estes sendo na maioria dos casos judeus obrigados a se converterem ao cristianismo pela coroa portuguesa.) que eram os grandes financiadores dos engenhos de cana de açúcar.

6 CICLO PRODUTIVO DO OURO.

O Brasil colônia, com o declínio do açúcar, estava empobrecendo ao mesmo tempo em que os gastos para a sua manutenção cresciam. Diante deste quadro, Portugal precisava resolver esse problema de alguma forma, e acreditava que a descoberta de metais preciosos seria a única saída. Assim, a metrópole passou a investir nessa empreitada, enviando a ajuda técnica necessária para auxiliar os bandeirantes na busca do tão sonhado ouro.

O ouro foi encontrado e sua economia se desenvolveu rapidamente, amenizando o estado de crise em que se encontravam Portugal e sua colônia. Muito dos recursos encontrados nos engenhos de açúcar nordestinos foram canalizados nessa nova atividade, houve uma grande migração de capital e mão de obra escrava da economia açucareira para a mineira, o que provocou o deslocamento do centro produtivo da colônia, saindo do Nordeste para a região sudeste.

A descoberta de metais preciosos na colônia despertou o interesse da população europeia, que buscava uma oportunidade para ascender socialmente. Diferentemente da economia açucareira que se caracterizava em um pequeno número de grandes engenhos, onde o capital fixo necessário para iniciar a produção era muito elevado, o que tornava um investimento viável apenas para aqueles que possuíam muitos recursos, a economia mineira, devido ao caráter do ouro brasileiro, conhecido como ouro de aluvião, tinha seu acesso facilitado por ser encontrado depositado nos rios, não sendo necessário ter grandes posses de terras e de recursos para entrar no negócio do ouro. Com ambição nestas vantagens, se formaram correntes migratória na Europa com destino para o Brasil, aumentando significativamente a população de origem europeia na colônia (FURTADO, 1988).

A estrutura social da colônia na economia mineira era distinta da que se encontrava na economia açucareira, nesta os poucos que detinham o poder tanto político como econômico eram os grandes proprietários de terra, escravos e homens livres de pequenas posses, não cogitavam sequer a possibilidade de ascender socialmente. Com o ouro as oportunidades para os homens livres eram bem maiores

que na economia açucareira, os escravos em alguns casos, conseguindo trabalhar por conta própria, poderiam até almejar o sonho de compra da sua liberdade.

A alta rentabilidade do ouro atraía os recursos da colônia para essa atividade, provocando uma grande especialização, que prejudicava até o fornecimento de alimentos nas regiões mineiras.

A pecuária se desenvolveu bem mais que no período açucareiro, não só porque o gado passou a ser a principal fonte de alimento dos mineradores, como também pelo fato de o ouro ter sido encontrado no interior brasileiro, levando ao desenvolvimento de um complexo sistema de transporte para o escoamento da produção de ouro, que dependia dos animais de carga. O gado foi valorizado rapidamente, graças ao aumento de sua demanda, e parte dos rebanhos nordestinos vão se deslocar para a região do ouro. O que prejudicou ainda mais a situação nos engenhos, uma vez que isso ampliava os seus custos (FURTADO, 1988).

O ouro permitiu uma maior articulação entre as regiões do sul do país, diferentemente do açúcar no Nordeste. A distância entre ouro e os portos, encarecia por demais as importações de produtos para a região mineira, o que favoreceu um maior desenvolvimento do mercado interno da colônia. A pecuária também foi bem mais desenvolvida, se antes era uma atividade secundária e dependente do açúcar, agora chegava a constituir a principal fonte de renda para algumas regiões como a do Rio Grande do Sul (FURTADO, 1988).

Por conta da produção de ouro, em algumas regiões houve grandes fluxos e refluxos tanto na renda como na população, devido a intensidade em que o ouro era extraído, e por esse ser um recurso natural finito. Em lugares que se encontravam grandes reservas de ouro, logo se aumentava o fluxo populacional para essa região, bem como aumentava o fluxo de riqueza. Entretanto, o contrário também acontecia quando essas reservas demonstravam os primeiros sinais de esgotamento, tornando a economia mineira muito instável para algumas regiões.

7 CARACTERÍSTICAS DA SOCIEDADE COLONIAL.

Quando nos fazemos a questão sobre a origem do nosso povo, enquanto raça, logo nos vem à mente que o povo brasileiro foi formado majoritariamente por índios, brancos portugueses e negros africanos, pois isso é que aprendemos desde cedo nas nossas escolas. Mas na verdade essa ideia não passa de uma simplificação da realidade que acaba por esconder vários traços importantes da formação da nossa cultura, pois a sociedade brasileira não foi formada por apenas índios, portugueses e africanos onde cada grupo desses possuía uma cultura uniforme entre si, muito pelo contrário.

Existiam diferentes tipos de tribos indígenas que possuíam crenças, costumes e até mesmo organização política diferente uma das outras, assim como os escravos que foram trazidos para cá eram de diferentes localidades da África, o que fazia parte da política escravista (nunca deixar escravos com culturas semelhantes juntos, pois isso evitava que os mesmos se organizassem para se rebelar contra os seus proprietários). E, quando se fala de brancos portugueses deve-se considerar também diferentes tipos de europeus, que conseguiam chegar aqui por algum motivo, seja por que eram contrabandistas ou náufragos. Este último ocupava um espaço de relativa importância na colônia, pois os que conseguiam sobreviver aos primeiros contatos com os nativos acabavam sendo integrados às suas tribos, absorvendo um pouco de seus costumes e até aprendendo a língua nativa. O que fazia com que esse náufrago assumisse um papel de destaque, pois iria atuar como um intermediador entre os indígenas e os colonizadores portugueses (BORBA, 2010).

Assim a miscigenação entre essas diferentes raças que resultou na constituição do povo brasileiro não foi um processo pacífico na nossa história, mas sim um período conturbado, de confronto entre diferentes culturas, várias guerras foram travadas, diversas culturais foram perdidas no tempo devido ao maior poder de influência dos europeus, mas ainda assim alguns dos costumes indígenas e africanos foram conservados e estão presentes nos nossos traços, correndo em nossas veias até os dias de hoje.

A organização política da sociedade colonial era dada da seguinte forma: o topo da pirâmide era constituído por um pequeno grupo de grandes proprietários de terras e senhores de engenhos que detinham todo o poder político e econômico na colônia. A base dessa pirâmide era formada por escravos que se misturavam em condições com homens brancos livres de pequenas posses, uma vez que estes eram dependentes dos senhores de engenhos.

A mobilidade social na colonial era muito baixa, no que se refere ao período açucareiro no nordeste, pode-se dizer que esta era inexistente, os indivíduos inseridos naquela sociedade não tinha as condições de ascender socialmente, a própria lógica de produção da época garantia isso, ao mesmo tempo em que concentrava toda a riqueza nas mãos dos senhores de engenhos, deixando profundas marcas que atrofiaram a economia dessa região. Com a descoberta do ouro as relações sócias de produção foram um pouco mais desenvolvidas ao ponto de permitir que alguns indivíduos pudessem cogitar uma melhoria de vida.

8 CONCENTRAÇÃO NA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO.

A capitania do Rio de Janeiro, fundada em 1565, alcançou um crescimento muito elevado no século XVII, alguns fatores explicam o que possibilitou esse rápido desenvolvimento da capitania do Rio de Janeiro, que em pouco tempo se tornaria a sede do governo português na colônia.

O período em que os holandeses mantiveram a ocupação na capitania de Pernambuco foi fundamental para o desenvolvimento do Rio de Janeiro, uma vez que Portugal perdendo a sua capitania mais lucrativa passa a concentrar seus esforços produtivos na região sul da colônia, principalmente no Rio de Janeiro, onde se destacaram a produção de tabaco e aguardente, que seriam usados como moeda de troca no tráfico de escravos. A economia mineira, também foi importante no sentido de que atuou como um impulso para o deslocamento do centro produtivo da colônia. Tanto a população como o número de engenhos de açúcar na capitania do Rio, aumentou significativamente nesse período (FURTADO, 1988).

Outro fator importante que contribuiu para o desenvolvimento da capitania do Rio de Janeiro foi seu governo que contava com a presença de pessoas influentes da coroa portuguesa, como membros da família Sá, o que possibilitava maiores recursos para um melhor desenvolvimento infraestrutural e da vida urbana na capitania.

Com o desenvolvimento do seu porto, o Rio de Janeiro passou a importar os produtos da Europa, e além de distribuí-los pelo mercado interno, ainda reexportava-os para as regiões hispano-americanas. Esse comércio possibilitou acúmulo de moedas de prata peruana que deu origem a um promissor mercado monetário. No final do século XVII, devido à importância comercial desse porto, a capitania do Rio passou a ter uma vida comercial mais intensa, com o surgimento de algumas pequenas manufaturas, que não chegaram a se desenvolver plenamente devido à interferência de interesses externos da colônia.

Com a vinda da coroa portuguesa para o Brasil, a sede do governo foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro. Com a instalação da família Real na capitania do Rio, uma série de construções foi realizada, melhorando a estrutura da cidade, e gerando as condições que possibilitaram, mais tarde, o desenvolvimento da economia cafeeira.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo feito é possível inferir que o processo de formação das desigualdades regionais no Brasil está condicionado ao tipo de estrutura produtiva que foi difundido em cada região, por exemplo:

A economia açucareira no nordeste especializou-se em um único produto, que não foi capaz de desenvolver o seu mercado interno, toda a economia girava em torno do açúcar, e quando o preço internacional deste começou a declinar e a crise foi instaurada só restou uma economia atrofiada, com uma pequena elite (ex-senhores de engenhos) que concentrou a maior parte das terras e riqueza da região, ao passo que o restante da população se conservou vivendo em condições de miseráveis durante muito tempo.

Por outro lado, o que se desenvolveu com a economia mineira na região Sudeste, assumiu características distintas do processo citado acima. Pois o ouro não só atraiu um coeficiente mais elevado de mão-de-obra qualificada para a colônia, como também desenvolveu uma cadeia de relações mais dinâmicas em torno da economia principal, uma vez que o ouro se encontrava no interior do Brasil sendo necessário todo um complexo mecanismo de transporte para escoar a produção para Portugal, que dinamizou o comércio interno na colônia. Além do que o capital necessário para extrair o ouro era muito aquém do utilizado para a produção do açúcar, o que possibilitava a existência de alguma mobilidade social na colonial.

É importante constar que o ciclo do ouro não foi as mil maravilhas, o Brasil continuou sendo explorado, foi um período em que o Estado português ampliou as relações de dominação sobre sua colônia, para assegurar que o ouro aqui extraído fosse encaminhado como mandava o regimento para a metrópole. Também não quer dizer que a terra não era concentrada na economia mineira, uma vez que o processo de concentração de terra está condicionado a todas as regiões da colônia, pois isso é uma herança do sistema de capitânicas hereditárias e sesmarias adotado no início da nossa ocupação. Mas o fato é que o ciclo produtivo do ouro possibilitou melhores condições ao desenvolvimento de sua região comparado ao ciclo produtivo do açúcar.

REFERÊNCIAS

FURTADO, Milton Braga. **Síntese da Economia Brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda, 1988. 254 p.

J.BRUM, Argemiro. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil: Colônia e Império**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1953.

NOVAIS, Fernando A.. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (177 - 1808)**. 5. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1989. 420 p.



BORBA, João R. A.. **A história do Brasil e a sociedade colonial**. Disponível em: <http://projetoquem.com.br/uploads/files/apostilas_ok/hiistbrasil_e_sociedade_colonial.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2010.